



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , de 2026

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer a realização de Seminário, em Brasília, para debater estratégias de combate à fumaça tóxica, às queimadas e aos efeitos da estiagem na região amazônica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos Nobres Parlamentares desta Comissão, nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a aprovação e realização de seminário no âmbito desta Comissão, a ser realizado em Brasília, com o objetivo de debater estratégias de enfrentamento à fumaça tóxica e aos efeitos da estiagem na região amazônica, bem como propor medidas eficazes para mitigar os impactos ambientais, sociais e de saúde pública decorrentes dessa crise.

Para o referido Seminário, propomos que as seguintes entidades sejam convidadas:

- 1. Ministério da Defesa;**
- 2. Ministério da Justiça e Segurança Pública;**
- 3. Ministério da Saúde;**
- 4. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;**
- 5. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);**
- 6. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);**
- 7. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA);**





8. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM);
9. Governador do Estado do Amazonas;
10. Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas;
11. Prefeito de Manaus;
12. Secretário Municipal de Meio Ambiente de Manaus;
13. Defesa Civil (Estadual e Municipal);
14. Ministério Público Estadual – Representante da área ambiental;
15. Ministério Público Federal - Representante da área ambiental;
16. Representantes de Organizações Indígenas e Comunidades Ribeirinhas;
17. Representante climatech brasileira Um grau e meio.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, especialmente a região amazônica, tem enfrentado uma grave crise de qualidade do ar, intensificada pelo aumento expressivo das queimadas e do desmatamento nos últimos anos. A intensificação das queimadas na Amazônia Legal em 2023 e 2024 provocou uma severa crise de qualidade do ar. O estado do Amazonas, sozinho, registrou um dos períodos mais críticos de focos de incêndio em 2023. Em 2024, o estado acumulou o maior número de focos de queimadas dos últimos 26 anos, atingindo 21,6 mil focos. Em janeiro de 2024, as áreas queimadas na Amazônia já haviam aumentado 248%.

A fumaça resultante dos incêndios é descrita como tóxica e é composta por partículas finas (PM2.5) e outros poluentes prejudiciais à saúde. Em diversas ocasiões, especialmente em centros urbanos como Manaus, os níveis de PM2.5 ultrapassaram limites considerados de alto risco pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A qualidade do ar em Manaus foi classificada como "muito ruim" ou "péssima" em muitos momentos de 2024.

Em 2023, Manaus chegou a figurar entre as cidades com pior qualidade do ar do mundo. A fumaça proveniente das queimadas não se restringiu aos locais de origem, afetando amplamente comunidades com redução da visibilidade e aumento de doenças





respiratórias. O problema também se mostrou transregional, com fumaça do Pará afetando o Amazonas.

Um dos aspectos mais críticos e estruturais dessa crise é a **presença precária e desarticulada do Estado em vastas áreas da Amazônia Legal**. A inoperância das políticas públicas e as falhas na gestão ambiental são evidentes. Há deficiências significativas, como a insuficiência de recursos e pessoal nos órgãos de fiscalização e controle, carência de equipamentos adequados, e a descontinuidade das ações fiscalizatórias, o que precariza as condições de trabalho dos servidores ambientais. A própria Lei Orçamentária Anual para 2024 destinou menos recursos para o combate a incêndios federais prioritários, apesar de um cenário previsto como ainda mais crítico.

Nesse cenário de **falha institucional, a discussão sobre a reconstrução da BR-319 assume um papel central**. Embora estratégica para a integração, a rodovia tem sido marcada por **entraves e clara falta de prioridade por parte do governo federal**. Um relatório técnico do Ministério dos Transportes, que consolidou discussões de um Grupo de Trabalho criado para encontrar soluções sustentáveis, foi entregue há mais de um ano e **ainda não foi objeto de avaliação técnica por parte do IBAMA**.

Mais grave, a simples **expectativa de pavimentação da BR-319 já tem provocado aceleração de danos ambientais** na região desde 2022, com aumento da pressão sobre os ecossistemas e a expansão de estradas secundárias ilegais que facilitam o desmatamento e dificultam a fiscalização. O próprio Ministério do Meio Ambiente reconhece os riscos e exige instrumentos mais abrangentes como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que pode levar anos para ser concluída, e um modelo de governança ambiental e territorial articulado que, no momento, não se observa. Essa exigência de um novo estudo reforça a percepção de que a obra está longe de sair do papel. **O IBAMA também admite que a região carece de presença efetiva do Estado** e que, sem políticas públicas estruturantes prévias, qualquer obra de infraestrutura de grande porte tende a gerar mais danos do que benefícios.

Há um **descompasso preocupante**: enquanto o MMA preconiza o planejamento estratégico prévio, o IBAMA informa que o licenciamento do trecho do meio





está em "tramitação regular", aguardando documentos que sequer foram protocolados. Essa **incoordenação e a falta de análise formal do relatório oficial** pelo órgão licenciador reforçam a urgência de debater publicamente como garantir que as diretrizes de governança e sustentabilidade de fato orientem as decisões.

A dificuldade de fixação de servidores públicos essenciais — como integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), IBAMA, ICMBio, Ministério da Saúde, entre outros — nas regiões de difícil provimento ao longo da BR-319 é um reflexo direto dessa fragilidade do Estado. As respostas da PRF confirmaram as severas limitações na atuação na rodovia, admitindo insuficiência de efetivo, ausência de indenização de fronteira (Adicional de Fronteira, um mecanismo já existente e subutilizado) e carências orçamentárias, sem apresentar detalhes concretos para superar essas deficiências. A ausência de efetivo de órgãos como PRF e IBAMA na BR-319 foi, inclusive, a motivação inicial para propostas de indicações ao Executivo e sugestões ao GT da Reforma Administrativa. A valorização desses servidores é uma condição indispensável para que o Estado possa cumprir seu papel na Amazônia.

Por essa razão, é essencial que o debate público sobre a BR-319 se afaste de dicotomias simplistas entre desenvolvimento e conservação. A resposta do Ministério do Meio Ambiente ao Requerimento de Informação nº 955/2025¹ confirma que a expectativa de pavimentação da BR-319 já tem provocado alterações significativas no uso da terra e aumento das pressões sobre os ecossistemas da região, com destaque para o crescimento de estradas secundárias não regularizadas, que facilitam o desmatamento e dificultam a fiscalização.

Em respostas encaminhadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) a questionamentos acerca da inoperância dos postos localizados na rodovia, apontou-se limitações na atuação da corporação ao longo da BR-319. Embora o órgão tenha evitado reconhecer formalmente a inoperância dos postos, admitiu restrições severas decorrentes da insuficiência de efetivo (apenas 106 policiais para todo o estado do Amazonas), ausência de indenização de fronteira e carências orçamentárias, especialmente na unidade localizada em

1 CÂMARA DOS DEPUTADOS. RIC 955/2025. Ficha de tramitação. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2488046>. Acesso em: 09 jun. 2025.





Humaitá. As informações fornecidas foram, em grande parte, genéricas, sem detalhamento de prazos ou metas concretas para superação das deficiências identificadas.

Cabe destacar, que com base nos dados levantados na audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foram apresentados diversos elementos que demonstram a complexidade e a gravidade da situação ambiental no estado do Amazonas. O aumento expressivo dos focos de calor, a antecipação atípica das queimadas e a concentração dessas ocorrências em municípios como Apuí, Lábrea e Novo Aripuanã, bem como a propagação de fumaça proveniente das áreas florestais para a capital, Manaus. Os relatos também abordaram a estiagem dos rios e as alterações climáticas que têm contribuído para agravar tais fenômenos.

Verificou-se, ainda, a existência de limitações operacionais e administrativas enfrentadas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental. Embora tenham sido mencionadas medidas como a criação de brigadas florestais, operações integradas e monitoramento da qualidade do ar, persistem entraves como a insuficiência de recursos humanos, a carência de equipamentos adequados, a descontinuidade de ações fiscalizatórias e a precarização das condições de trabalho de servidores especializados. Observou-se também a elevada dependência de financiamentos externos e a ausência de planejamento consistente voltado à prevenção.

Nesse cenário, o seminário proposto em Brasília, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem o objetivo de reunir parlamentares, gestores públicos, especialistas, representantes da sociedade civil, lideranças locais e servidores que atuam no território para debater, de forma qualificada e propositiva, caminhos possíveis para enfrentar a crise da fumaça tóxica e da estiagem. O evento permitirá aprofundar a análise das causas estruturais da crise ambiental, discutir a reconstrução da BR-319 como vetor de fortalecimento do Estado e do desenvolvimento sustentável e propor soluções legislativas e administrativas concretas para a valorização de servidores, o monitoramento ambiental, a governança territorial e a proteção da saúde pública.

Manaus tem sido o epicentro da crise atmosférica, concentra instituições de pesquisa e órgãos públicos federais e estaduais relevantes, e abriga parte expressiva da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **AMOM MANDEL – CIDADANIA/AM**

população impactada. A escuta direta dessas comunidades, aliada à mobilização dos Grupos de Trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista, pode transformar a realidade denunciada em ações efetivas de enfrentamento. Diante disso, solicitamos o apoio dos membros desta Comissão para a realização do seminário.

Diante da relevância estratégica do tema e da urgência de ações coordenadas, solicito o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, de de 2026.

Deputado AMOM MANDEL
Cidadania/AM

Apresentação: 10/03/2026 16:12:07.290 - CMADS

REQ n.3/2026



Câmara dos Deputados | Anexo IV Gabinete 760 | – CEP: 70160-900 – Brasília-DF
Tel (61) 3215-5760 | dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD266845498200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



* C D 2 6 6 8 4 5 4 9 8 2 0 0 *